

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Folha de São Paulo

Class.:

AM-Desmatafo

Data

14.12.78

Pg.:

09

General alerta contra a devastação da Amazônia

CUIABÁ (Do correspondente) — “Não posso acreditar. É um absurdo monstruoso para ser verdade”. Esta foi a reação do general Tasso Villar de Aquino, que se encontra em Mato Grosso, como consultor da Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente), ao ser indagado sobre a existência de um estudo que prevê a adoção de “contratos de exploração florestal”.

O general Tasso Villar de Aquino, até seis meses atrás comandante da 9.^a Região Militar, sediada em Campo Grande, disse no entanto que “é preciso urgentemente reformular a política de ocupação dos espaços vazios do País, antes que as multinacionais se apoderem da Amazônia”. Acrescentou que “devemos controlar o capital estrangeiro. Não o capital estrangeiro controlar a nossa economia”.

Autor de um estudo — “A política de ocupação dos espaços vazios do País” — de 340 páginas, entregue ao governo e “certamente encostado numa das gavetas desses ministérios”, o general Tasso Villar afirma que seu trabalho “é resultado dos 25 anos que viveu na Amazônia, pesquisando e convivendo com todos os seus problemas”. “Durante esse tempo — conheci de ponta a ponta os oito mil quilômetros de fronteiras do Brasil”, acrescenta.

Depois de atingir o prazo limite de permanência no Exército, na patente de general de divisão “eu bem poderia dedicar o resto dos meus dias a meus netos, à minha família”, diz ele. No entanto, finda a sua carreira militar na ativa, ele se propõe a continuar sua luta pelo mesmo objetivo de sua vida de caserna, ou seja, “defender o Brasil contra qualquer forma de agressão ao seu território. Objetivo, aliás, compartilhado por todos os meus ex-companheiros de Exército”, completa.

Preocupado com o atual processo de devastação da floresta amazônica, “sobretudo por grupos multinacionais”, o general Tasso Villar de Aquino empreende o que classifica de uma “verdadeira cruzada” em favor da conservação do meio ambiente — “é principalmente a hileia amazônica, a única floresta tropical do mundo tão rica em recursos naturais renováveis e não renováveis, capazes de assegurar o futuro da Nação”.

Para ele, essa atuação por grupos multinacionais que se utilizam da própria política de incentivos fiscais do governo para promover magesstosos programas agropecuários “tem que acabar”. “A opinião pública nacional tem que ser esclarecida, para poder pressionar o governo a não deixar que isso não mais aconteça. Temos que fazer o progresso brasileiro, por brasileiros, sem pressa, de maneira orientada e racional”.

Sua cruzada se desenvolverá em duas etapas: na primeira, pretende sensibilizar as autoridades dos Estados, Territórios e Municípios amazônicos, para implantarem seus respectivos conselhos de defesa do meio ambiente, a nível estadual e municipal, formado de pessoas, órgãos e entidades públicas e privadas interessados na preservação da natureza; na segunda, sensibilizar o presidente eleito João Batista Figueiredo, no sentido de adotar uma política de ocupação dos espaços vazios do País, de forma eficiente, racional e orientada.

Esta cruzada começou pro Mato Grosso, onde se encontra há duas semanas. Juntamente com o Acre, Mato Grosso era um dos dois Estados que ainda não contavam com um Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

“DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO”

Defende o general Tasso Villar de Aquino um “desenvolvimento equilibrado, permanente, sem destruição das bases futuras da Nação, e não aquele que conduz o “desenvolvimento” de caráter imediatista, predatório, com a má utilização dos recursos naturais”. Sob o aspecto meio ambiente e seus reflexos econômico-sociais, a imensa área que constitui a Amazônia Legal apresenta grande e marcante variedade que há de ser considerada na elaboração de qualquer plano ou na definição de uma política nacional, disse ele.

“Essa notável diversificação é provocada, sobretudo, pela influência dos mais importantes, no caso, recursos naturais renováveis: a cobertura vegetal e a rede hídrica.

SACRIFICIO

Afirma o general Tasso Villar de Aquino que “o progresso brasileiro tem sido feito à custa de enormes sacrifícios para o país e está na hora de por um basta nisso”. “Desde o seu descobrimento — prossegue —, o Brasil vem sendo submetido a um processo de ocupação predatório e irracional. A reconstrução da moderna Lisboa, por exemplo, foi totalmente custeada pelo nosso ouro e pela nossa madeira. A Holanda invadiu uma vez o Brasil em função do pau-brasil. Hoje não tem mais pau-brasil, mas o país continua sendo invadido através do capital estrangeiro dos grandes grupos multinacionais”.

“Com isso — acrescenta o general hoje da reserva — temos atualmente o Nordeste oriental transformado em área problema; o “polígono das secas” que progride a cada ano; a destruição da floresta amazônica; a exploração das “florestas econômicas” do sul do país, destruídas em trinta anos, como aconteceu no norte do Paraná; a destruição da floresta litorânea; a zona bragantina, parte da hileia amazônica, transmutada em capoeira; a Fordlândia, no Tapajós; o assoreamento dos rios, a destruição da fauna ictológica, a poluição de grandes cursos d’água e a poluição insuportável nos grandes centros, são reflexos da forma errada como vem sendo conduzido o “desenvolvimentoA’ nacional”.

Em relação a possibilidade da mudança drástica na ecologia amazônica, as maiores preocupações, segundo o general Tasso Villar de Aquino, residem na abertura de grandes eixos rodoviários pioneiros, sem plano adequado de ocupação e colonização ao longo desses eixos; o processo de colonização que vem sendo adotado pelo Incria, particularmente ao longo da Transamazônica; a implantação da pecuária em ritmo acelerado, inclusive na “hileia amazônica”, entre as localidades de São Miguel do Guamá, Paragominas e Ligação, no Pará; nas proximidades da Rodovia Belém-Brasília; a destruição da floresta amazônica no Vale do Jari, substituída por floresta homogênea de pinus.

“Todas essas perigosas ameaças à ecologia e à vida humana vêm sendo apoiadas e incentivadas pelo poder público. É um crime o que essas multinacionais estão fazendo com a floresta amazônica”, explicou o general.